

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

Lucieli Andréia Drewes

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES
DAS EMPRESAS RURAIS**

**Santa Maria, RS
2017**

Lucieli Andréia Drewes

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES DAS
EMPRESAS RURAIS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel em
Ciências Contábeis.**

Orientadora: Prof^ª.Ms. Ana Paula Fraga

Santa Maria, RS
2017

Lucieli Andréia Drewes

**A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES DAS
EMPRESAS RURAIS**

Trabalho de Conclusão apresentado ao
Curso de Ciências Contábeis, da
Universidade Federal de Santa Maria
(UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do grau de **Bacharel
em Ciências Contábeis.**

Aprovado em 28 de Junho de 2017:

Ana Paula Fraga, Ms. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

Wanderlei José Ghilardi, Dr. (UFSM)

Ney Izaguirry de Freitas Junior, M. (UFSM)

Santa Maria, RS
2017

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Valdi e Olivedi, sempre presentes em minha vida, comemorando minhas vitórias e apoiando nas derrotas. Á vocês, todo meu amor.

A minha irmã Carine e meu cunhado Leonardo que mesmo longe sempre soube que poderia contar com vocês. Sempre me incentivando a novos desafios que possibilitassem crescimento.

Ao Ivo, amor da minha vida, que desde o princípio foi o melhor companheiro, o mais paciente o maior incentivador para finalmente chegar a este dia.

Aos meus amigos conquistados em Santa Maria, principalmente a Graziela e Benhur, muito obrigada pelos momentos e lembranças maravilhosas. Sinto saudades sempre.

Aos produtores de Tupanciretã que tão gentilmente responderam o questionário enviado e prontamente atenderam as solicitações. Obrigada por confiarem os seus dados a mim.

A minha orientadora, Ana Paula, que esteve sempre disposta a dividir o conhecimento. Obrigada pela paciência e determinação que tanto exige de ti.

A Universidade Federal de Santa Maria, que ao longo dos anos que eu estive presente, mostrou-se uma universidade com professores sábios e dedicados.

**A mente que se abre a uma nova idéia
jamais voltará ao seu tamanho original.**

Albert Einstein

RESUMO

A UTILIZAÇÃO DA CONTABILIDADE NA TOMADA DE DECISÕES DAS EMPRESAS RURAIS

AUTORA: Lucieli Andréia Drewes
ORIENTADORA: Ana Paula Fraga

Este trabalho evidencia um estudo realizado entre os produtores rurais da região de Tupanciretã, Rio Grande do Sul, a fim de identificar os conhecimentos destes produtores em relação à contabilidade rural, bem como o grau de utilização das demonstrações financeiras e ferramentas contábeis como suporte no processo de gestão das propriedades rurais. Esta pesquisa aplicada classifica-se como pesquisa descritiva quanto aos objetivos e como revisão bibliográfica e pesquisa de campo quanto aos procedimentos técnicos. A partir da avaliação das respostas dos questionários enviados, foi evidenciado que a maior parte dos produtores possui como principal atividade a plantação de soja e a pecuária. Esses produtores não possuem amplos conhecimentos e não fazem uso da contabilidade rural e das demonstrações financeiras para gerenciar suas propriedades. O gerenciamento dos dados é feito usando controles como planilhas e anotações diversas. Apesar dos produtores entenderem como importante a contabilidade rural e as demonstrações financeiras, não fazem uso delas por entenderem ser trabalhosa e dispendiosa a geração das informações.

Palavras chaves: Agronegócio. Contabilidade. Processo decisório.

ABSTRACT

THE USE OF ACCOUNTING IN DECISION-MAKING OF RURAL ENTERPRISES

AUTHOR: Lucieli Andréia Drewes

ADVISER: Ana Paula Fraga

This paper evidences a study carried out among rural producers in the Tupanciretã region, Rio Grande do Sul, in order to identify the knowledge of these producers in relation to rural accounting, as well as the degree of utilization of the financial statements and accounting tools as support in the process Management of rural properties. This applied research is classified as a descriptive research regarding the objectives and as a bibliographical review and field research regarding the technical procedures. From the evaluation of the answers of the questionnaires sent, it was evidenced that most of the producers have as main activity the soybean plantation and the cattle raising. These producers do not have extensive knowledge and do not use rural accounting and financial statements to manage their properties. Data management is done using controls such as spreadsheets and miscellaneous annotations. Although farmers understand how important rural accounting and financial statements are, they do not make use of them because they believe that the generation of information is cumbersome and expensive.

Keywords: Agribusiness. Accounting. Decision-making process

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1	CARACTERÍSTICAS DO SETOR RURAL	13
2.2.	CONTABILIDADE RURAL	14
2.2.1	Atividades agrícolas	16
2.2.1.1	<i>Culturas agrícolas temporárias</i>	16
2.2.1.2	<i>Culturas agrícolas permanentes</i>	16
2.2.1.3	<i>Pecuária</i>	16
2.2.2	Planificação e o sistema contábil	17
2.2.3	Formas de exploração	18
2.2.4	Ativos biológicos	19
2.1.5	Avaliação do estoque	21
2.2.5	Uso administrativo da contabilidade rural	22
2.2.7	Contabilização	23
2.2.7.1	<i>Receitas na atividade rural</i>	24
2.2.7.2	<i>Despesas de custeio</i>	25
2.3	CONTABILIDADE DE CUSTOS	25
2.4	CONTABILIDADE FINANCEIRA	27
2.5	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	28
2.5.1	Balanco Patrimonial	30
2.5.2	Demonstração de resultado	31
2.5.3	Demonstração de fluxo de caixa	31
3	METODOLOGIA	33
3.1	TIPO DE PESQUISA	33
3.2	MÉTODO DE PESQUISA	34
3.3	TÉCNICA DE PESQUISA	34
3.4	NATUREZA DA PESQUISA	35
3.5	ABORDAGEM DO PROBLEMA	35
3.6	OBJETIVO DA PESQUISA	35
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	37
4.1	PERFIL DOS ENTREVISTADOS	38
4.1.1	Escolaridade	38
4.1.2	Número de familiares trabalhadores da área rural	38
4.1.3	Formas de remuneração	39
4.1.4	Tempo de gestão	39
4.1.5	Residência	39
4.1.6	Treinamentos e especializações	39
4.2	PERFIL DAS PROPRIEDADES	40
4.2.1	Tamanho da propriedade	40
4.2.2	Colaboradores	40
4.2.3	Origem da propriedade	41
4.2.4	Principais atividades desenvolvidas	41
4.2.5	Representatividade financeira	41
4.2.6	Faturamento	42
4.3	CONHECIMENTOS CONTÁBEIS	42
4.3.1	Conhecimento das demonstrações financeiras e contabilidade rural	42
4.3.2	Dificuldades gerenciais	43

4.4	APLICAÇÕES DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	43
4.4.1	Auxílio da contabilidade na gestão	43
4.4.2	Resultados percebidos com a utilização da contabilidade	44
4.5	RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS	45
4.5.1	Controle das receitas, custos e despesas	45
4.5.2	Lucro por atividade	45
5	CONCLUSÃO	46
	ANEXO A – QUESTIONÁRIO	51

1 INTRODUÇÃO

Com o passar dos anos, cada vez mais, tem-se percebido a necessidade de informações na tomada de decisão das empresas para garantir uma gestão de qualidade e competitiva no mercado.

Utilizando-se das demonstrações financeiras a empresa deixa de ter apenas dados, e passa a ter informações, podendo levar ao melhor controle e a maximização dos resultados, caso essas sejam utilizadas da maneira correta. As demonstrações servem como base, por exemplo, na análise dos índices econômicos e financeiros, podendo auxiliar na determinação de novas metas, nos rumos que a empresa deseja seguir, avaliando - se as possibilidades e as influências internas e externas, diminuindo-se assim a probabilidade de riscos desnecessários e surpresas no seu negócio.

Por outro lado, a falta de utilização dessas informações como forma de controle não permite o acompanhamento do acréscimo ou decréscimo de suas receitas, lucratividade, prazo médio de pagamentos e recebimentos, fazendo com que o gestor tenha incertezas quanto às decisões que terá que tomar.

No caso dos empreendimentos rurais, a aplicação da contabilidade, seus conceitos e ferramentas, vem se tornando cada vez mais imprescindível para o desenvolvimento deste segmento, pois a contabilidade é uma ciência que dentre outros aspectos visa atender as necessidades de informação.

Assim, a informação resultante da contabilidade rural e das demonstrações financeiras pode ser considerada como um bem valioso para a empresa. Sem informações de lucro, disponibilidades monetárias, despesas e custos seria difícil para uma empresa ser dinâmica e agressiva no mercado, pois estaria sem apoio e controle de suas atividades.

Nos empreendimentos rurais, ao longo dos anos, tem-se percebido gradativamente o quão relevante podem ser as informações fornecidas pela contabilidade. Essa pode auxiliar em diversas dificuldades dos gestores da área rural, tais como: controle dos custos de produção, comparação de resultados, planejamento de investimentos futuros, contratação de profissionais e compra de equipamentos.

A contabilidade rural e a legislação pertinente à área ainda são segmentos da contabilidade com muito a desenvolver na aplicabilidade prática. A legislação não obriga que o produtor rural pessoa física tenha escrituração contábil, como ocorre com os produtores rurais pessoa jurídica. Para atender a legislação, basta escrituração do livro caixa, porém, o livro caixa é uma escrituração bem simplificada, e não permite análises complexas para tomada de decisão, porém nada impede que facultativamente, a escrita contábil seja realizada. Conforme descrito por Vilhena (2009) dentre as inúmeras atividades/serviços que a contabilidade pode oferecer ao setor agropecuário para incrementar e alavancar o seu crescimento destacam-se:

- elaboração do orçamento da empresa: relacionar os recursos disponíveis, estimar o que os recursos poderão produzir previsão das culturas e criações, estimar as despesas administrativas da fazenda e os custos relacionados aos animais e culturas;
- análise do negócio da empresa: os registros contábeis e suas demonstrações financeiras, trabalhos de auditoria e perícias contábeis, análise individualizada de cultura ou criação, avaliação da eficiência do negócio agricultura e/ou pecuária, análise da rentabilidade, endividamento e liquidez.

Diante do exposto, este estudo apresentou como problemática a identificação do grau de conhecimento que os produtores rurais possuem em relação à contabilidade, se têm acesso e a utilizam constantemente como ferramenta de apoio às decisões, bem como quais as dificuldades encontradas para a utilização da contabilidade.

Os objetivos são a finalidade de um trabalho, ou seja, a meta que se pretende atingir. Assim, abaixo são listados o objetivo geral e os específicos que direcionaram esta pesquisa.

O objetivo geral do estudo foi identificar o nível de conhecimento dos produtores em relação à contabilidade rural, bem como evidenciar qual o grau de utilização das demonstrações financeiras e ferramentas contábeis como suporte no processo de decisões gerenciais.

Para atender o objetivo geral do estudo foram delineados os seguintes objetivos específicos:

- identificar o perfil dos entrevistados e de suas propriedades;

- identificar o nível de conhecimento e de utilização dos produtores em relação à contabilidade rural e das demonstrações financeiras;
- evidenciar quais as formas de utilização destas demonstrações e ferramentas no processo de gestão das propriedades rurais.

O presente estudo se justifica pela relevância da participação do setor Agropecuário no PIB (produto interno bruto) brasileiro, totalizando 23% do montante de R\$ 6,26 trilhões no ano de 2016, conforme o IBGE.

Segundo a FEE (Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser) no Rio Grande do Sul, as lavouras temporárias ocupam mais de nove milhões de hectares. Cerca de 90% dessa área é voltada à produção de grãos, que configura a principal atividade agrícola do estado. A soja, o arroz, o milho e o trigo constituem as principais culturas agrícolas praticadas no RS (Rio Grande do Sul) em termos de área plantada e quantidade produzida.

Assim, é importante evidenciar a utilização da contabilidade e suas técnicas aliada aos conhecimentos práticos dos produtores rurais, propiciando a realização de melhores resultados e, conseqüentemente, contribuindo para gerar maior rentabilidade às atividades desenvolvidas por este importante segmento econômico.

O presente trabalho foi dividido em cinco capítulos. O primeiro capítulo traz a introdução, onde foram apresentados a problemática, o objetivo geral, os objetivos específicos, a justificativa da pesquisa e a estrutura do trabalho. O segundo capítulo apresenta a revisão bibliográfica. O terceiro capítulo detalhou a metodologia aplicada no desenvolvimento da pesquisa. No quarto capítulo foram descritos os resultados. Por fim, finalizando o trabalho, há o capítulo cinco com a conclusão.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica relacionada aos principais temas abordados nesta pesquisa.

A falta de informação torna difícil o controle e a posterior tomada de decisão, pois além das adversidades naturais das empresas, na área rural é preciso considerar as peculiaridades como intempéries da natureza, a sazonalidade e a diferença de exercício social, que depende de cada atividade, mas que geralmente não coincide com o ano calendário.

A informação deve ser vista como uma poderosa ferramenta que possibilita o conhecimento da empresa de maneira global, tornando possível uma análise real da situação e um planejamento futuro com maior segurança.

Quando se fala no surgimento da contabilidade, segundo Zanluca (2009), não há uma data específica, mas sabe-se que a sua origem foi devido à necessidade de controle de seus bens que o homem criou uma maneira rústica de vigilância.

Com a constante evolução dessa ciência, hoje utiliza-se a contabilidade para os mais diversos fins. Tendo especialidades em diversas áreas, pode-se garantir a utilidade e relevância das informações geradas.

A contabilidade é a responsável pela compilação dos dados e geração de informações essenciais para a empresa, trazendo novas perspectivas e com a mútua ajuda dos colaboradores internos, gestores e contadores, ela pode gerar novas rotinas de controle, aperfeiçoar as já existentes e dar subsídios na identificação das rotinas falhas.

A contabilidade deve ser vista como ferramenta a ser usada para facilitar as tomadas de decisões, possibilitando que a empresa mantenha sua saúde financeira. Segundo Marion (2005, p. 25) a contabilidade “é a linguagem dos negócios”. Ela mede os resultados das empresas, avalia o desempenho das atividades, oferecendo diretrizes para tomadas de decisões.

2.1 CARACTERÍSTICAS DO SETOR RURAL

O setor agrícola possui características particulares à ele que podem afetar os resultados obtidos, conforme cita Crepaldi (2011, p.9-11):

- dependência do clima: O clima condiciona a maioria das explorações rurais. Determina épocas de plantio, tratamentos culturais, colheitas, escolha das variedades e espécies, vegetais e animais;
- correlação tempo de produção versus tempo de trabalho: o processo produtivo agropecuário desenvolve-se, em algumas de suas fases, independentemente da existência de trabalho físico imediato;
- dependência de condições biológicas: o ciclo de produção agropecuária está intimamente ligado às condições biológicas. As condições determinam também a irreversibilidade do ciclo produtivo, ou seja, não se pode alterar a sequência da produção. Por outro lado, limitam a adoção de medidas que normalmente são utilizadas em outros setores da economia, como recursos para acelerar a produção, como o estabelecimento de um terceiro turno de trabalho. A pesquisa agropecuária pode conseguir espécies animais e variedades vegetais mais precoces e produtivas, mas ainda assim sujeitas às condições biológicas;
- terra como participante da produção: Na agropecuária, a terra não é apenas um suporte para o estabelecimento de atividades produtivas, ao contrário, na maioria das explorações agropecuárias participa diretamente do ciclo produtivo. Assim, é importante conhecê-la em suas condições químicas, físicas, biológicas e topográficas;
- estacionalidade da produção: No setor agrícola, normalmente, não existe um fluxo contínuo de produção. As atividades estão dispersas por toda a empresa, podendo ocorrer em locais diferentes um do outro;
- incidência de riscos: Toda e qualquer atividade econômica está sujeita a riscos. Na agropecuária, os riscos assumem maiores proporções, pois as explorações podem ser afetadas por problemas causados pelo clima, pelo ataque de pragas e moléstias e pelas flutuações de preços dos seus produtos;
- sistema de competição econômica: A agricultura está sujeita a um sistema de competição que tem as seguintes características: (a) existência de um

grande número de produtores e consumidores; (b) produtos que apresentam normalmente, pouca diferenciação entre si; (c) a entrada no negócio e a saída dele pouco alteram a oferta total.

A consequência da conjugação desses fatores é que, isoladamente, o empresário não consegue controlar o preço de seus produtos, o que é ditado pelo mercado, podendo até ser inferior aos custos de produção;

- produtos não uniformes: Na agropecuária, ao contrário da indústria, há dificuldades em se obter os produtos uniformes, quanto à forma, ao tamanho e à qualidade. Esse fator é decorrente de condições biológicas e acarreta, para o empresário rural, custos adicionais com classificação e padronização, além de receitas mais baixas, em virtude do menor valor dos produtos que apresentam padrão de qualidade inferior;

- altos custos de saída e ou entrada: No negócio agrícola, algumas explorações exigem altos investimentos em benfeitorias e máquinas e, conseqüentemente, condições adversas de preço e mercado devem ser suportadas em curto prazo, pois o prejuízo, ao abandonar a exploração, poderá ser maior.

2.2.CONTABILIDADE RURAL

Ainda hoje, no Brasil, a contabilidade rural é pouco utilizada tanto pelos contadores como pelos produtores rurais, segundo Crepaldi (2011, p. 47) isso ocorre devido ao desconhecimento por parte desses produtores da importância das informações obtidas através da contabilidade, da maior segurança e clareza que essas informações propiciam nas tomadas de decisões.

O principal problema na utilização da contabilidade rural está na complexidade e no custo de manutenção de um bom serviço contábil. A dificuldade de segregar o que é custo e o que é despesa particular e a falta de documentos válidos dificulta a tarefa de a contabilidade ser o reflexo da situação da propriedade.

Ainda segundo Crepaldi (2011, p.48),

O administrador precisa saber como está a rentabilidade de sua atividade produtiva, quais são os resultados obtidos e como eles podem ser otimizados por meio de avaliação de resultados, fonte de receitas e tipo de

despesas e como melhorar as receitas e reduzir as despesas. Essas análises só serão possíveis a partir do momento em que souber onde estão sendo gastos os recursos e onde está gerando receitas.

A contabilidade rural é o ramo da contabilidade responsável pelo estudo específico da área rural. Segundo Crepaldi (2005, p. 23-24) tem por finalidade:

- orientar as operações agrícolas e pecuárias;
- medir o desempenho econômico-financeiro da empresa e de cada atividade produtiva individualmente;
- controlar as transações financeiras;
- apoiar as tomadas de decisões no planejamento da produção, das vendas e dos investimentos;
- auxiliar as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- permitir a comparação da performance da empresa no tempo, e desta com as outras empresas;
- conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- usar informações para a declaração do imposto de renda.

Segundo Crepaldi (2011, p. 195) define contabilidade rural como a “contabilidade geral aplicada às empresas rurais”.

Na contabilidade rural, o objeto é o patrimônio das entidades rurais. Conforme cita Crepaldi (2011, p. 85-86),

A Contabilidade Rural surgiu da necessidade de controlar o patrimônio. É fato que existem pessoas, entidades e empresas que realizam muitas transações, decorrendo daí maior complexidade de controle. Seria impossível controlar um patrimônio, que é um conjunto de bens, direitos e obrigações, sem que houvesse registros organizados de todas as mutações ocorridas.

As informações produzidas a partir da contabilidade rural devem ser, segundo Crepaldi (2011, p.85),

- confiáveis: os trabalhos elaborados pela contabilidade devem inspirar confiança, a tal ponto que o usuário da informação tenha segurança nas informações fornecidas;

- ágeis: pode-se elaborar um belo trabalho contábil, mas se o mesmo não for apresentado em tempo hábil para ser usufruído, perde o sentido da informação, principalmente em países com a economia instável;
- elucidativas: cada usuário da informação tem um grau de conhecimento, identificá-lo é primordial para os trabalhos para que os trabalhos sejam elucidativos;
- fonte para a tomada de decisão: nenhuma decisão que envolva negócio é tomada a esmo, pois está em jogo o patrimônio, que não se construiu de maneira tranqüila; assim, quem controla o patrimônio tem obrigação de gerar o alicerce para a decisão.

2.2.1 Atividades agrícolas

Podem-se destacar como principais atividades desenvolvidas na contabilidade rural

2.2.1.1 Culturas agrícolas temporárias

Uma definição dada por Marion (2010, p. 15), as culturas temporárias:

São aquelas sujeitas ao replantio após cada colheita. Normalmente o período de vida é curto. Após a colheita são arrancadas do solo para que seja realizado um novo plantio. Exemplos: soja milho, arroz, feijão, batata.. Esse tipo de cultura também é conhecida como anual.

2.2.1.2 Culturas agrícolas permanentes

Para Marion (2010, p. 16) "são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e propiciam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribui-se as culturas permanentes uma duração mínima de quatro anos".

2.2.1.3 Pecuária

Para Crepaldi (2011, p.221) a pecuária se refere à criação de gado em geral, ou seja, animais que vivem em coletividade (...).

Em relação ao termo gado geral, Crepaldi (2008) afirma que o termo pecuária se aplica a diversos tipos de criação:

Quando se refere às atividades da pecuária, logo se faz associação com gado vacum (bois e vacas); entretanto, elas se referem a criação de gado em geral, ou seja, animais que vivem em coletividade (rebanho), quer sejam bois e vacas, búfalos, carneiros, ovelhas e, entre outros, as aves que incluem, frango, pato marreco, faisão, peru, etc.

No ponto de vista do Marion (2010, p. 80) a pecuária divide-se em:

- cria: a atividade básica é a produção de bezerros que só serão vendidos após o desmame;
- recria: a atividade básica é, a partir do bezerro adquirido a produção e a venda do novilho magro para engorda;
- engorda: a atividade básica, a partir do novilho magro adquirido, a produção e a venda do novilho gordo.

2.2.2 Planificação e o sistema contábil

Segundo Crepaldi (2011, p. 195) o principal objetivo da contabilidade rural

Estudar, registrar e controlar a gestão econômica do patrimônio das empresas que se dedicam para esse fim, portanto, reserva-lhe particularidades específicas que lhe são inerentes.
No momento do planejamento das contas, não há que se utilizar uma estrutura de Plano de contas estranha ao que já se conhece, por que, na verdade, o que muda são as contas dos grupos que apresentam estas particularidades.

Devido à particularidade de ramo de atividade, forme jurídica, sistema de operações e exigência de ordem legal cada empresa utiliza um conjunto de contas no plano de contas. Esse é o elo de comunicação com os usuários da informação contábil.

As operações contábeis precisam ser classificadas de maneira que a contabilização ocorra de maneira uniforme, para isso é indispensável à utilização do plano de contas que, conforme Crepaldi (2011, p. 195) para ser eficiente deve conter:

- elenco das contas;
- função atribuída a cada conta;
- funcionamento (quando deve ser debita e quando deve ser creditada).

Padoveze (2003, p. 5) ressalta que “as funções de controle econômico constituem o objetivo principal da contabilidade”. Instituir controles gerenciais, ao invés de simplesmente gerar resultados numéricos de um Balanço Patrimonial, propicia o desenvolvimento de sistemas contábeis atualizados, eficientes e integrados, com a união de informações mais relevantes para o desenvolvimento do processo de gestão de um empreendimento.

Todavia, para que o gestor rural possa manter um do sistema de escrituração que lhe permita fornecer subsídios para o seu processo de gestão é indispensável que ele consiga assimilar os dados obtidos e fazer deles um eixo norteador das suas atitudes diárias. Crepaldi, (2005, p. 68) assegura que:

A contabilidade sempre foi reconhecida pela sua capacidade de gerar informações técnicas, como também pelos seus aspectos motivacionais nela implícita, uma vez que ela nunca perdeu de vista sua responsabilidade com o meio de comunicação estreitando a sua relação entre seus usuários.

Ainda, Padoveze (2005, p. 263) enfatiza que: “um sistema que só possibilita encontrar números, mas não dá retorno aos responsáveis em termos motivacionais, perde quase toda a sua finalidade”. Pois, através do processo de análises gerenciais e os indicadores econômico-financeiros é possível estabelecer um elo entre os números e a satisfação da administração. Ainda segundo o autor, torna-se evidente que não dá para abrir mão de um sistema contábil eficiente, que alimentado constantemente, registre todos os fatos contábeis e, desta forma proporcione diagnósticos verdadeiros, capazes de evidenciar os pontos fracos, cuja atenção deverá ser maior, e os pontos fortes que ainda podem ser otimizados, a fim de maximizar a rentabilidade.

2.2.3 Formas de exploração

Comumente encontram-se duas formas jurídicas de exploração: a pessoa física e a pessoa jurídica.

Marion (2010, p. 7) esclarece que:

- a pessoa física, é a pessoa natural, é todo ser humano, é todo indivíduo. A pessoa jurídica, é a união de indivíduos que, por meio de um trato

reconhecido por lei, formam uma nova pessoa, com personalidade distinta de seus membros.

- as pessoas físicas tidas como pequeno e médio produtor rural, não precisam, para fins de Imposto de Renda, fazer escrituração regular em livros contábeis e podem utilizar apenas um livro-caixa e efetuar uma escrituração simplificada.

Todavia, as pessoas físicas tidas como grande produtor rural serão equiparadas as pessoas jurídicas para fins contábeis, devendo fazer escrituração regular, por intermédio de profissional contábil qualificado.

De acordo com o novo código civil, na visão de Marion (2005, p. 30) a atividade rural pode ser organizada nas seguintes formas:

- autônomo, sem registro na Junta Comercial, chamado de produtor rural autônomo;
- empresário individual, quando escrito na Junta Comercial (é optativo);
- sociedade empresária, inscrita na Junta Comercial (na forma de sociedade limitada, ou sociedade anônima, etc.).

Assim, nos dois últimos casos, o produtor passa a ser chamado de empresário rural.

2.2.4 Ativos biológicos

Conforme definição dada pelo CPC (Comitê de pronunciamentos contábeis) 29, ativo biológico é um animal e/ou uma planta, vivos.

O CPC 29 traz ainda a definição quanto à aplicabilidade:

Este Pronunciamento deve ser aplicado para a produção agrícola, assim considerada aquela obtida no momento e no ponto de colheita dos produtos advindos dos ativos biológicos da entidade. Após esse momento, o CPC 16 – Estoques, ou outro Pronunciamento Técnico mais adequado, deve ser aplicado. Portanto, este Pronunciamento não trata do processamento dos produtos agrícolas após a colheita, como, por exemplo, o processamento de uvas para a transformação em vinho por vinícola, mesmo que ela tenha cultivado e colhido a uva. Tais itens são excluídos deste Pronunciamento, mesmo que seu processamento, após a colheita, possa ser extensão lógica e natural da atividade agrícola, e os eventos possam ter similaridades.

Todavia, esse CPC não trata do processamento dos produtos agrícolas após a colheita como, por exemplo, o processamento de uvas para a produção de vinho por vinícola, mesmo que a referida vinícola tenha cultivado e colhido a uva utilizada.

Quadro 1: exemplos de ativos biológicos, produtos agrícolas e produtos resultantes do processamento seguinte à colheita.

Ativos biológicos	Produto agrícola	Produtos resultantes do processamento após a colheita
Carneiros	Lã	Fio e tapete
Árvores de uma plantação	Madeira	Madeira serrada e celulose
Plantas	Algodão Cana colhida Café	Fio de algodão, roupa, Açúcar, álcool, Café limpo em grão, moído e torrado
Gado de leite	Leite	Queijo
Porcos	Carcaça	Salsicha e presunto

Fonte: Adaptado do CPC 29 (2009).

As regras tratadas nesse CPC não se aplicam às terras relacionadas à atividade agrícola

Conforme Ortiz et. al (2011, p. 189-190), seguem alguns termos, utilizados, com significados específicos, no que diz respeito à área agrícola:

- atividade agrícola é o gerenciamento da transformação biológica e da colheita de Ativos Biológicos para venda para conversão em produtos agrícolas ou em Ativos Biológicos adicionais pela entidade;
- produção agrícola é o produto colhido de ativo biológico da entidade;
- ativo biológico é um animal e/ou planta, vivos;
- transformação biológica compreende o processo de crescimento, degeneração, produção e procriação que causam mudanças qualitativas e quantitativas no ativo biológico;
- despesa de venda são despesas incrementais diretamente atribuíveis a venda de ativo, exceto despesas financeiras e tributos sobre o lucro;

- grupo de ativos biológicos é um conjunto de animais ou plantas vivos semelhantes;
- colheita é a extração do produto de ativo biológico ou cessação da vida deste ativo.

2.2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Ainda, o CPC 29 regulamenta o reconhecimento e mensuração do Ativo Biológico quando:

- controla o ativo como resultado de eventos passados;
- for provável que benefícios econômicos futuros associados com o ativo fluirão para a entidade; e
- o valor justo ou o custo do ativo puder ser mensurado confiavelmente.

2.1.5 Avaliação do estoque

O CPC 29 elucida que na atividade agrícola, o controle pode ser evidenciado, por exemplo, pela propriedade legal do gado e a sua marcação no momento da aquisição, nascimento ou época de desmama. Os benefícios econômicos futuros são, normalmente, determinados pela mensuração dos atributos físicos significativos.

O ativo biológico deve ser mensurado ao valor justo menos a despesa de venda no momento do reconhecimento inicial e no final de cada período de competência, exceto para a premissa de que o valor justo dos ativos biológicos pode ser mensurado de forma confiável. Contudo, tal premissa pode ser rejeitada no caso de ativo biológico cujo valor deveria ser cotado pelo mercado, porém, este não o tem disponível e as alternativas para mensurá-los não são, claramente, confiáveis. Em tais situações, o ativo biológico deve ser mensurado ao custo, menos qualquer depreciação e perda por irrecoverabilidade acumuladas. Quando o valor justo de tal ativo biológico se tornar mensurável de forma confiável, a entidade deve mensurá-lo ao seu valor justo menos as despesas de venda. Quando o ativo biológico classificado no ativo não circulante satisfizer aos critérios para ser classificado como mantido para venda (ou incluído em grupo de ativo mantido para essa finalidade),

presume-se que o valor justo possa ser mensurado de forma confiável em que o valor justo não pode ser mensurado de forma confiável.

O produto agrícola colhido de ativos biológicos da entidade deve ser mensurado ao valor justo, menos a despesa de venda, no momento da colheita.

2.2.5 Uso administrativo da contabilidade rural

É possível concluir que a atividade rural ainda se desenvolve dentro de critérios pouco atualizados.

Conforme salienta Crepaldi (2004, p. 53),

A necessidade de uma atualização dos meios de gerenciamento nas empresas rurais é, hoje, uma realidade fundamental para alcançar resultados de produção e produtividade que garantam o sucesso do empreendimento. Por meio de tecnologias que permitam interligar criações, pode ser possível obter rendimentos adicionais, diluir custos e economizar insumos.

Crepaldi (2005, p. 79) assegura que:

Uma das ferramentas administrativas menos utilizadas pelos produtores é, sem dúvida, a Contabilidade Rural, vista, geralmente como uma técnica complexa em sua execução, com baixo retorno, na prática.

Apesar da não obrigatoriedade de divulgação das demonstrações financeiras pelas pessoas físicas da atividade rural, nessas também há a possibilidade de se tratar os custos, despesas e receitas como são tratados nas empresas, e assim serem elaborados demonstrativos que possam auxiliar os produtores nas decisões visto que cada vez mais percebe-se, também nesse ramo, a crescente concorrência, o interesse à gestão consciente e o aumento do lucro.

Crepaldi (2005, p. 80) ainda afirma que a Contabilidade Rural destaca-se como o principal instrumento de apoio às tomadas de decisões, controlando as operações da empresa rural.

Para Crepaldi (2011, p. 45),

O conhecimento financeiro auxilia no planejamento, na solução de problemas e nas tomadas de decisão. As finanças oferecem um mapa com números e análises que o ajudam a desempenhar bem as suas funções. Além disso, o empresário rural precisa conhecer contabilidade e finanças para atender os relatórios financeiros preparados por outros segmentos da

organização. O empresário precisa saber o que significam os números, ainda que não saiba como gerá-los.

2.2.7 Contabilização

Os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas.

Para Crepaldi (2011, p. 104 -110) as contabilizações ser:

- os bens originários de culturas temporárias e permanentes devem ser avaliados pelo seu valor original, por todos os custos integrantes do ciclo operacional, na medida de sua formação, incluindo os custos imputáveis, direta ou indiretamente, ao produto, tais como sementes, irrigações, adubos, fungicidas, herbicidas, inseticidas, mão-de-obra e encargos sociais, combustíveis, energia elétrica, secagens, depreciações de prédios, máquinas e equipamentos utilizados na produção, arrendamentos de máquinas, equipamentos e terras, seguros, serviços de terceiros, fretes e outros;
- os custos indiretos das culturas, temporárias ou permanentes devem ser apropriados aos respectivos produtos;
- os custos específicos de colheita, bem como de beneficiamento, acondicionamento, armazenagem e outros necessários para que o produto resulte em condições de comercialização, devem ser contabilizados em conta de estoque de produtos agrícolas;
- as despesas ocorridas antes da colheita devem ser amortizadas a partir da primeira colheita. O mesmo tratamento contábil também deve ser dado às despesas incorridas antes da colheita, relativas às novas culturas, em entidade agrícola já em atividade;
- os custos com desmatamento, destocamento, corretivos de solo e outras melhorias para propiciar o desenvolvimento das culturas agrícolas que beneficiarão mais de uma safra devem ser contabilizados pelo seu valor original, no Ativo Imobilizado, como encargo das culturas agrícolas desenvolvidas na área, deduzidas as receitas líquidas obtidas com a venda dos produtos oriundos do desmatamento ou destocamento;
- a exaustão dos componentes do Ativo Imobilizado relativos às culturas permanentes, formado por todos os custos ocorridos até o período imediatamente anterior ao início da primeira colheita, tais como preparação da

terra, mudas ou sementes, mão-de-obra, etc., deve ser calculada com base na expectativa de colheitas, de sua produtividade ou de sua vida útil, a partir da primeira colheita;

- os custos incorridos que aumentem a vida útil da cultura permanente devem ser adicionados aos valores imobilizados;

- as perdas correspondentes à frustração ou ao retardamento da safra agrícola devem ser contabilizadas como despesa operacional;

- os ganhos decorrentes da avaliação de estoques do produto pelo valor de mercado devem ser contabilizados como receita operacional, em cada exercício social;

- os custos necessários para a produção agrícola devem ser classificados no Ativo da entidade, segundo a expectativa de realização:

a) no Ativo Circulante, os custos com os estoques de produtos agrícolas e os custos com tratamentos culturais ou de safra necessários para a colheita no exercício seguinte; e

b) no Ativo Não Circulante, subgrupo Imobilizado, os custos que beneficiarão mais de um exercício.

2.2.7.1 *Receitas na atividade rural*

No entendimento de Crepaldi (2011, p. 103-104) as receitas operacionais da atividade rural são aquelas provenientes do giro normal da empresa, em decorrência da exploração das respectivas atividades rurais.

A empresa rural tem como atividades principais a produção e venda dos produtos agropecuários por ela produzidos, e como atividades acessórias as receitas e despesas decorrentes de aplicações financeiras; as variações monetárias ativas e passivas não vinculadas a atividade rural; o aluguel ou arrendamento; os dividendos de investimentos avaliados pelo custo de aquisição; a compra e venda de mercadorias, a prestação de serviços, etc.

Desse modo, não são alcançadas pelo conceito de atividade rural as receitas provenientes de: atividades mercantis (compra e venda, ainda que de produtos agropastoris); a transformação de produtos e subprodutos que impliquem a transformação e a alteração da composição e características do produto *in natura*, com utilização de maquinários ou instrumentos sofisticados diferentes dos

que usualmente são empregados nas atividades rurais (não artesanais e que configurem industrialização), como também, por meio da utilização de matéria-prima que não seja produzida na área rural explorada; receitas provenientes de aluguel ou arrendamento, receitas de aplicações financeiras e todas aquelas que não possam ser enquadradas no conceito de atividade rural consoante o disposto na legislação fiscal.

2.2.7.2 *Despesas de custeio*

No entendimento de Crepaldi (2011, p.98):

- consideram-se despesas de custeio, dedutíveis na apuração do resultado da atividade rural, aquelas necessárias à percepção dos rendimentos e à manutenção da fonte produtora e que estejam relacionadas com a natureza da atividade exercida, apropriando-as em função do regime de competência.
- exemplos: gastos com salários e encargos de trabalhadores rurais, custos de depreciação de máquinas e equipamentos, exaustão das culturas, etc.
- as perdas, parciais ou totais, decorrentes de ventos, geada, inundação, praga, granizo, seca, tempestade e outros eventos naturais, bem como de incêndio, devem ser registradas como outras despesa do exercício.

2.3 CONTABILIDADE DE CUSTOS

Uma definição da contabilidade de custos pode ser:

A contabilidade de custos é o ramo da contabilidade que se destina a produzir informações para os diversos níveis gerenciais de uma entidade, como o auxílio às funções de determinação de desempenho, de planejamento e controle das operações e da tomada de decisões. (LEONE, 2000, p. 19-20).

Os custos e as despesas possuem finalidades distintas, conforme entendimento do Crepaldi (2011, p. 97),

- custos são gastos relativos a bem ou serviço utilizado na produção rural; são todos os gastos relativos a atividade de produção. Exemplo: salário do pessoal da propriedade rural e insumos utilizados no processo produtivo.

- despesas são gastos com bens e serviços não utilizados nas atividades produtivas e consumidas com a finalidade de obtenção de receitas. Exemplo: energia consumida no escritório e gastos de combustível da administração. O ramo contábil dispõe de um conjunto de registros específicos, baseados na escrituração contábil e de ferramentas utilizadas para identificar, mensurar e informar de maneira fidedigna e oportuna os custos de produção e de venda dos produtos (ZANLUCA, 2012).

Slongo (2012) afirma que a contabilidade de custos tem íntima relação com as diversas áreas da empresa como a administração, departamento de vendas, departamento de compra e departamento de pessoal, utilizando-se de dados destas, compilando e transformando em informações que auxiliam os gestores nas análises de redução de custos, formação do preço de venda, comparativo de produção e compra de matérias primas e retorno obtido em cada produto.

Comumente podem-se classificar os custos em diretos e indiretos, fixos e variáveis, onde os diretos são aqueles que podem ser identificados e diretamente apropriados a cada tipo de obra a ser custeada, no momento de sua ocorrência, isto é, está ligado diretamente a cada tipo de bem ou função de custo. São aqueles que podem ser atribuídos diretamente a um produto, linha de produtos, centro de custos ou departamento.

Conforme define Crepaldi (2011, p. 100) “custos diretos são aqueles que podem ser diretamente apropriados aos produtos agrícolas, bastando existir uma medida de consumo”.

Os indiretos não se podem apropriar diretamente a cada tipo de bem ou função de custo no momento de sua ocorrência. Os custos indiretos são apropriados aos portadores finais mediante o emprego de critérios pré-determinados e vinculados a causas correlatas, como mão-de-obra indireta, rateada por horas/homem de mão de obra direta, gastos com energia, com base em horas/máquinas utilizadas, etc.

Crepaldi (2011, p. 101) traz a definição de que “os custos indiretos, para serem incorporados aos produtos agrícolas, necessitam da utilização de algum critério de rateio”.

Os fixos são aqueles que não sofrem alteração de valor em caso de aumento ou diminuição da produção. Independem, portanto, do nível de atividade, conhecidos também como custo de estrutura e os variáveis aqueles que variam

proporcionalmente de acordo com o nível de produção ou atividades. Seus valores dependem diretamente do volume produzido ou volume de vendas efetivado num determinado período.

Para Santos et al. (2002, p.43),

Custos variáveis “são aqueles que variam em proporção direta com o volume de produção ou área de plantio. Ex.: mão de obra direta, materiais diretos (fertilizantes, sementes, rações), horas máquina.”.

Custos fixos “são os que permanecem inalterados em termos físicos e de valor, independentemente do volume de produção e dentro de um intervalo de tempo relevante. Ex.: depreciação de instalações, seguro de bens, aluguel.” (SANTOS et al, 2002, p.43).

2.4 CONTABILIDADE FINANCEIRA

Com a introdução e ampliação da utilização dos sistemas, a contabilidade financeira passou a integrar o sistema de informações contábeis. Esse ramo da contabilidade é condicionado a imposições legais e requisitos fiscais, e consiste no processo de elaboração de demonstrativos financeiros, tendo como alvo os usuários externos, conforme afirmam Castro e Santos (2011),

É característico da Contabilidade Financeira:

- elaboração das Demonstrações Financeiras;
- observância dos princípios contábeis;
- apuração do custo das mercadorias vendidas;
- uso da Contabilidade de Custos para apuração;
- avaliação do passado;
- confiabilidade;
- padrão;
- ênfase na análise financeira em detrimento da análise contábil, uma vez que não há a preocupação da qualificação científica do patrimônio.

Conforme definição de Salazar e Benedicto (2004, p. 9),

Com o amparo das normas e práticas vigentes, podemos afirmar que os administradores dos vários tipos de organização estarão mais seguros para

visualizar as implicações financeiras de suas políticas e ações propostas se eles também incluírem, no desenvolvimento de sua gestão, a consideração de que o conhecimento dos princípios de contabilidade geralmente aceitos é imprescindível em todos os aspectos de tomada de decisão.

Quanto mais os administradores souberem sobre contabilidade, mais capacitados estarão para tomar decisões de planejamento e controle dentro de suas organizações. Do contrário, no seu cotidiano, os administradores estarão em desvantagem se sua compreensão de contabilidade for pequena ou confusa. Ademais, há que se ter presente que o desempenho e as recompensas dos administradores podem depender das medições contábeis.

2.5 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Marion (2003, p.23), enfatiza que:

A contabilidade é o grande instrumento que auxilia a administração a tomar decisões. Na verdade, ela coleta todos os dados econômicos, mensurando-os monetariamente, registrando-os e resumindo-os em forma de relatórios ou de comunicados, que contribuem sobremaneira para a tomada de decisões.

Santos (apud KILIAN, 2010, p.10), destaca que o conhecimento para a interpretação dos dados gerados por meio da aplicação contábil, certamente, será um diferencial durante a tomada de decisões pela empresa.

Ainda, pode-se destacar:

De posse dos demonstrativos contábeis, tomaremos conhecimento dos resultados obtidos e de vários outros dados da empresa. Por fim, através de uma análise econômico-financeira das informações, chegaremos as conclusões mais consistentes sobre o real desempenho da empresa. (ASSAF NETO, 1981, p. 28).

O CPC 26 (R1) esclarece quanto aos objetivos das demonstrações financeiras

[É o de proporcionar informação acerca da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da entidade que seja útil a um grande número de usuários em suas avaliações e tomada de decisões econômicas. As demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da administração, em face de seus deveres e responsabilidades na gestão diligente dos recursos que lhe foram confiados].

Conforme as Leis 11.638/07 e 11.941/09 e suas alterações, as demonstrações financeiras devem representar apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da entidade. Com base nessas demonstrações, os

gestores terão subsídios relevantes e confiáveis para dar suporte às decisões pertinentes.

Segundo Lieczbinski e Frohlich (1998, p.59):

A informação é, hoje, um importante recurso de gerencia empresarial. As mudanças na conjuntura econômica e social, em nível global, acirraram a competitividade entre as organizações, ocasionando a necessidade de utilização constante de informações sobre seus processos internos e externos para avaliação, controle e planejamento de atividades.

De acordo com a NBCT 26 e suas alterações, o conjunto completo das demonstrações financeiras inclui:

- (a)** Balanço Patrimonial ao final do período;
- (b)** Demonstração do Resultado do período;
- (c)** Demonstração do Resultado Abrangente do período;
- (d)** Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do período;
- (e)** Demonstração dos Fluxos de Caixa do período;
- (f)** Demonstração do valor Adicionado do período, conforme NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado, se exigido legalmente ou por algum órgão regulador ou mesmo se apresentada voluntariamente;
- (g)** Notas explicativas, compreendendo um resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias;
- (h)** Balanço Patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado quando a entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou procede à reapresentação retrospectiva de itens das demonstrações financeiras, ou ainda quando procede à reclassificação de itens de suas demonstrações financeiras.

Ainda conforme a norma citada acima, a entidade pode usar outros títulos nas demonstrações em vez dos nomes citados anteriormente, desde que não contrariem a legislação societária brasileira vigente. No caso da demonstração do resultado abrangente pode ser apresentada em quadro demonstrativo próprio ou, ainda, dentro da demonstração das mutações do patrimônio líquido do período.

2.5.1 Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial é um demonstrativo contábil com a finalidade de demonstrar para o usuário da informação dados em determinado momento.

Ele apresenta ordenadamente os saldos contábeis das contas patrimoniais e segundo Crepaldi (2011, p.86) tem por finalidade:

- atendimento de disposição legal comercial;
- atendimento à legislação tributária;
- dar subsídios à administração;
- demonstrar informações econômico-financeiras ao mercado.

Outra definição do Balanço Patrimonial é “com a posição dos ativos e passivos da empresa, “os investidores observam a composição desses componentes e verificam se o investimento é sólido ou não” (GROPPELLI & NIKBAKHT, 2002, p. 350).

Quadro 2 – Balanço Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL	
ATIVO Bens + Direitos	PASSIVO (Capital de Terceiros)
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Capital Próprio)

Fonte: José Carlos Marion. Contabilidade Empresarial (2005, p.49).

2.5.2 Demonstração de resultado

É constituído de informações que demonstram o resultado líquido.

Para Crepaldi (2011, p. 88),

Com as duas demonstrações, o Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado, a contabilidade rural alcança o objetivo de ilustrar a situação patrimonial, econômica e financeira da empresa rural.

Segundo Marion (2003, p. 127) “A DRE é extremamente relevante para avaliar desempenho da empresa e a eficiência dos gestores em obter resultado positivo. O lucro é o objetivo principal das empresas”.

A demonstração de resultado tem por objetivo demonstrar a formação do resultado líquido em um exercício através do confronto das receitas, despesas e resultados apurados, gerando informações significativas para tomada de decisão.

2.5.3 Demonstração de fluxo de caixa

Segundo Zdanowicz (2004, p.19) “é o instrumento que permite ao administrador financeiro planejar, organizar, coordenar, dirigir e controlar os recursos financeiros de sua empresa para determinado período”.

Conforme Ortiz et al. (2011, p. 243),

As informações históricas dos fluxos de caixa são frequentemente utilizadas como indicador do valor, época e grau de segurança dos fluxos de caixa futuros. Também são úteis para verificar a exatidão das estimativas feitas, no passado, dos fluxos de caixa futuros, assim como para examinar a relação entre lucratividade e os fluxos de caixas líquidos e o impacto de alterações de preços.

Para Matarazzo (2010, p. 234), a Demonstração do Fluxo de Caixa segue os seguintes objetivos:

- avaliar alternativas de investimentos;
- avaliar e controlar ao longo do tempo as decisões importantes que são tomadas na empresa, [...];
- avaliar as situações presente e futura do caixa na empresa, posicionando-a para que não chegue a situações de liquidez;

- certificar que os excessos momentâneos de caixa estão sendo devidamente aplicados.

Assim, percebe-se a relevância dos conceitos explanados acima na área rural. Estes tendem a facilitar e otimizar os controles gerenciais dos produtores se bem utilizados.

3 METODOLOGIA

Pode-se definir a metodologia como o estudo dos métodos, cujo objetivo é captar e analisar as características dos vários métodos indispensáveis, avaliar suas capacidades, potencialidades, limitações ou distorções e criticar os pressupostos ou as implicações de sua utilização.

Para Marconi e Lakatos (2003, p. 40-41),

O método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

Então, após definidos o problema, a justificativa e os objetivos da pesquisa científica definem-se os caminhos que serão seguidos para que se chegue aos resultados. O método científico é justamente isso, é a definição de quais as ferramentas o pesquisador se utilizará para atingir aos seus objetivos.

Neste capítulo são expostos os tipos, os métodos e as técnicas utilizadas no decorrer deste estudo a fim de atingir o objetivo geral e os específicos, resolvendo assim, o problema da pesquisa.

3.1 TIPO DE PESQUISA

O presente estudo classifica-se como qualitativo, visto que se preocupou com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, concentrando-se na compreensão e na explicação da dinâmica das relações sociais.

Conforme Minayo (2001, p. 14),

Pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Assim, buscou – se descrever os conhecimentos contábeis dos produtores, as dificuldades encontradas por eles a as formas de utilização desses conhecimentos. Os dados para tal foram obtidos através de questionários enviados eletronicamente aos produtores.

3.2 MÉTODO DE PESQUISA

Em relação aos métodos, este estudo utilizou-se do método indutivo visto que partiu das teorias e leis, indo em direção às constatações mais particulares, conforme definição de Marconi e Lakatos (2003).

Outra definição dada por Gil (2008, p. 10) diz que “o método indutivo procede inversamente ao dedutivo: parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares”.

3.3 TÉCNICA DE PESQUISA

Quanto às técnicas, este estudo utilizou-se da técnica de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo.

Para Manzo (1971, p. 32), a bibliografia pertinente "oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Outra definição pode ser dada por Fonseca para a pesquisa bibliográfica (2002, p. 32) que diz:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Ao passo que para Gil (1996, p. 48) a pesquisa de campo “procura o aprofundamento de uma realidade específica”. É basicamente realizada por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar as explicações e interpretações do que ocorre naquela realidade.

Segundo Marconi e Lakatos (2013, p. 69),

É aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema para o qual se procura uma

resposta, ou de uma hipótese que se queira provar, ou, ainda, descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

3.4 NATUREZA DA PESQUISA

Quanto à natureza, este estudo classifica-se como uma pesquisa aplicada, objetiva gerar conhecimentos para aplicações práticas dirigidos à solução de problemas específicos.

3.5 ABORDAGEM DO PROBLEMA

Em relação à abordagem, este estudo enquadra-se como qualitativo, visto que tem por objetivo influenciar ou determinar o uso de determinado produto.

Segundo Minayo (2001, p. 14) “a pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”.

3.6 OBJETIVO DA PESQUISA

Em relação aos objetivos, este estudo, utilizou-se como objetivo a pesquisa descritiva.

Segundo Gil (1996, p.45) servem para descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática. Ex.: pesquisa referente à idade, sexo, procedência, eleição, etc.

Assim, este estudo foi desenvolvido a fim de demonstrar os conhecimentos que os produtores rurais da região de Tupanciretã – RS, selecionados conforme listagem fornecida pelo Sindicato Rural de Tupaciretã possuem em relação ao uso das ferramentas gerenciais e das demonstrações financeiras e do uso que fazem delas. Esses produtores têm como principal atividade desenvolvida a produção agrícola de soja e a pecuária.

Os dados foram coletados de forma eletrônica, via formulário, no período de Março/2017 a Abril/2017. Foram enviados 19 formulários, obtendo-se um percentual de 47,36% de retorno, ou seja, 9 produtores responderam. O questionário foi

elaborado com perguntas abertas e fechadas, entre as quais questionou - se informações relativas à identificação dos produtores e da propriedade, aos conhecimentos contábeis e a aplicação desses, e a metodologia de reconhecimentos de despesas, custos e receitas.

De posse destes formulários, foram realizadas as avaliações das respostas dos gestores das propriedades e a confrontação com a literatura pertinente a fim de verificar o conhecimento e uso das demonstrações financeiras como ferramenta gerencial nas diferentes propriedades analisadas atingindo – se assim os objetivos específicos.

Após as avaliações, tabulou - se as respostas de maneira a evidenciar as respostas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este capítulo apresenta o perfil dos produtores rurais e de suas propriedades, demonstrando o conhecimento e uso que os produtores fazem das ferramentas disponíveis.

Segundo o SIT (Sistema de Informações Territoriais) (2010) a região central do Rio Grande do Sul abrange uma área de 32.457,00 Km² divididos em 34 municípios e tem uma população de 647.823 habitantes, dos quais 125.974 (19,45%) vivem na área rural.

Neste estudo tomam-se como base os produtores de Tupanciretã que possuem extensão de terra superiores a 80 hectares de terra e que estão associados ao Sindicato Rural de Tupanciretã, sendo os responsáveis pela maior parte da produção de soja e criação de gado na cidade.

Segundo o Sindicato Rural de Tupanciretã, hoje a cidade é um dos maiores produtores de soja do estado. A pecuária, ainda representativa, está perdendo espaço para o cultivo da soja devido a fatores econômicos como baixo retorno e altos custos.

Quadro 3 – Localização geográfica do município de Tupanciretã



Fonte: Prefeitura municipal de Tupanciretã (2016).

4.1 PERFIL DOS ENTREVISTADOS

4.1.1 Escolaridade

Entre os produtores respondentes, 44,44% dos produtores possuem apenas o ensino fundamental, 44,44% possuem ensino médio e apenas 11,12% possui ensino superior.

4.1.2 Número de familiares trabalhadores da área rural

O número de pessoas da família que trabalham na propriedade varia entre duas a nove pessoas. Dessas, 55,55% possuem mais de cinco pessoas da família trabalhando juntas, 33,33% possuem de dois a cinco familiares trabalhando e apenas 11,12% tendo até dois familiares.

4.1.3 Formas de remuneração

Em relação às formas de remuneração, 77,78% dos produtores tem como única renda a atividade rural e os outros 22,22% possuem outras fontes de renda complementares à atividade rural.

4.1.4 Tempo de gestão

A gestão da propriedade está concentrada no mesmo produtor há mais de 10 anos em 88,88% dos respondentes e 11,12% é administrador da propriedade entre um e três anos.

4.1.5 Residência

Possuem como residência a própria fazenda 66,67% dos produtores, enquanto 33,33% mantêm como residência fixa endereço diferente das terras onde trabalha.

4.1.6 Treinamentos e especializações

No âmbito de treinamentos e especializações na área de gestão, conclui-se que 22,22% possuem treinamentos, e que 77,78% não possuem treinamentos e especializações nessa área. Dentre os que não possuem treinamentos, 44,44% têm interesse em fazer cursos de auxílio à gestão da propriedade.

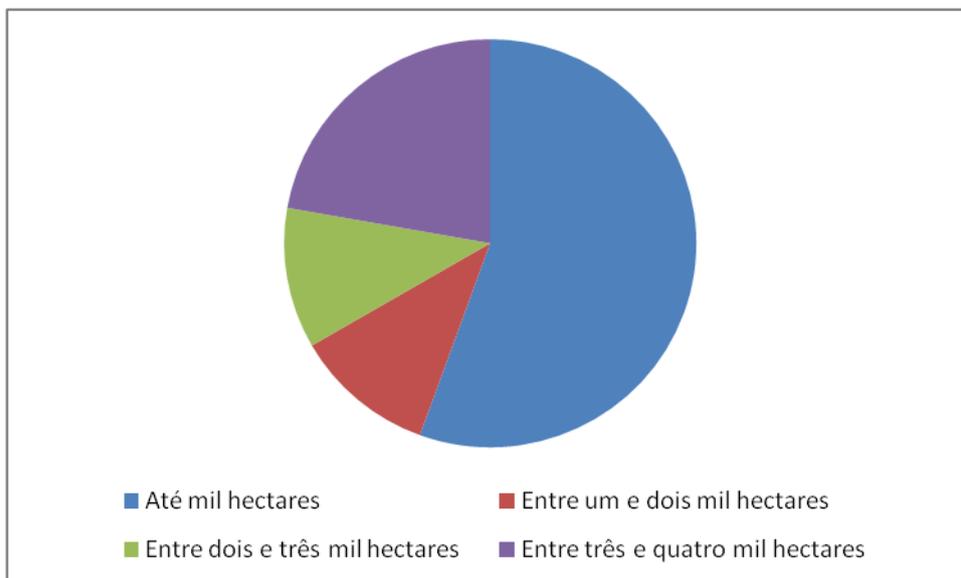
Desse modo, conclui-se que dentre o perfil dos entrevistados, a minoria não possui ensino superior completo, que mais da metade dos produtores possuem mais de cinco pessoas trabalhando nas terras da família. No tocante da remuneração, quase 80% tem como única renda a obtida da atividade rural, onde é gerente por mais de dez anos. Percebe-se que a minoria possui residência diferente da própria fazenda onde trabalha, e a maioria não tem cursos e especializações na área de gestão.

4.2 PERFIL DAS PROPRIEDADES

4.2.1 Tamanho da propriedade

. A representatividade das propriedades é de 55,56% de produtores que possuem até mil hectares, para os que possuem entre um e dois mil hectares a representatividade é de 11,11%, assim como os produtores que possuem entre dois e três mil hectares também é de 11,11%. Para os produtores entre três e quatro mil hectares o percentual é de 22,22% conforme demonstrado no gráfico.

Gráfico 1 – Tamanho das propriedades



Fonte: Autora (2017).

Percebe-se que mais da metade da amostra possuem até mil hectares de terra sob seu domínio e responsabilidade.

4.2.2 Colaboradores

Em relação aos colaboradores, 44,44% empregam até uma três pessoas, 44,44% empregam entre quatro e sete pessoas e 11,12% empregam entre 07e 9 pessoas, sendo que em épocas de safra esse percentual varia significativamente.

4.2.3 Origem da propriedade

As propriedades têm como principal origem a herança familiar, representando 55,55% do total, a compra das propriedades com recursos próprios representa 33,33% e 11,12% teve origem o financiamento.

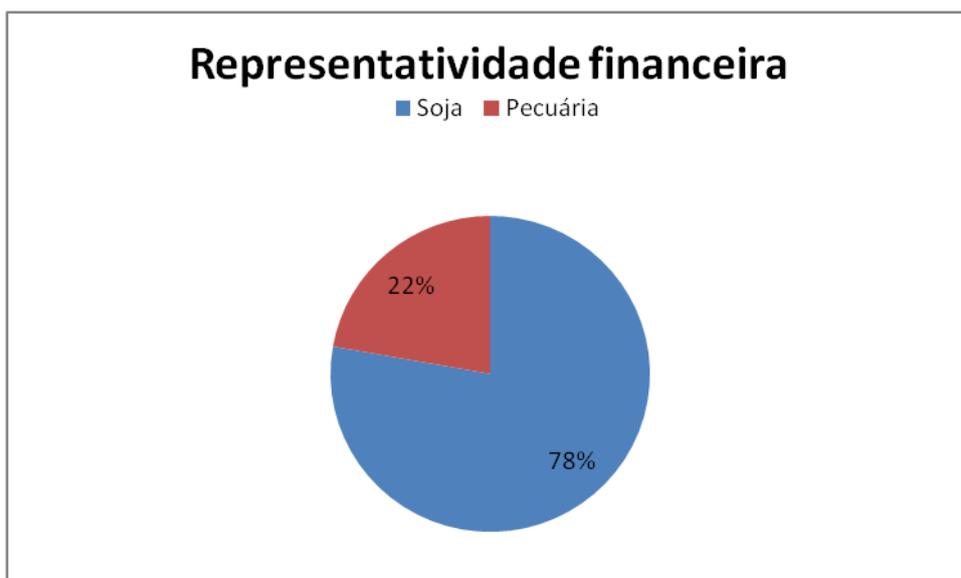
4.2.4 Principais atividades desenvolvidas

As atividades predominantemente desenvolvidas são o cultivo de soja e trigo e a pecuária. O cultivo da soja e a pecuária apresentam-se como principais atividades em 88,88% das propriedades pesquisadas. Em 11,12% das propriedades o cultivo do trigo foi considerado como representativo.

4.2.5 Representatividade financeira

Entre os respondentes que cultivam soja e trabalham na pecuária, a atividade de maior representatividade é a soja, conforme demonstrado pelo gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Representatividade financeira



Fonte: Autora (2017).

4.2.6 Faturamento

O faturamento anual é maior que cinco milhões para 44,44% dos produtores. Para 22,22% o faturamento fica entre um e dois milhões. Outros 22,22% possuem faturamento entre dois e cinco milhões, restando ainda 11,12% com faturamento anual de até um milhão.

As propriedades dos entrevistados possuem, em sua maioria menos que mil hectares e empregam até três pessoas. Um pequeno percentual de produtores tem como origem o financiamento e não a herança, que representa a maior parte. Em, aproximadamente, 90% das propriedades, o principal produto é a soja. Assim, a pecuária foi considerada como representativa financeiramente em apenas 28% e em nenhum caso foi considerado o trigo como representativo.

4.3 CONHECIMENTOS CONTÁBEIS

4.3.1 Conhecimento das demonstrações financeiras e contabilidade rural

Dos produtores entrevistados 55,56% desconhecem as demonstrações financeiras e a contabilidade rural, enquanto 44,44% que possuem algum conhecimento, porém fazem pouco uso, pois afirmam ter dificuldades na compreensão.

Pede-se perceber que os produtores não possuem amplos conhecimentos contábeis e das demonstrações financeiras.

A contabilidade rural ainda é vista como uma ferramenta complexa e de baixo retorno, além disso não há interesse na ampliação do conhecimento dessas ferramentas para auxiliar da gestão, pois entendem que os cursos são demorados e dispendiosos para um resultado pouco relevante.

Conforme citado por Crepaldi (2011, p. 77),

É possível constatar que a administração rural no Brasil ainda se desenvolve dentro de critérios bastante tradicionais ou com um padrão de desempenho inaceitável. Essa característica não é atributo apenas de pequenas propriedades rurais, prevalecendo entre as médias e grandes propriedades, com economia de mercado e elevados níveis de renda.

4.3.2 Dificuldades gerenciais

Os produtores relataram que possuem, em comum, as seguintes dificuldades:

- segregação dos custos e receitas por atividade desenvolvida;
- falta de disciplina no controle dos gastos e receitas;
- falta de informações para planejamento financeiro.

As principais dificuldades encontradas estão diretamente ligas ao desconhecimento e falta de utilização da contabilidade rural e das demonstrações financeiras como ferramenta no processo decisório. Sem a análise dessas ferramentas não é possível verificar se uma atividade está sendo sustentada por outra ou mesmo medir o lucro de cada atividade individualmente. Ao mesmo tempo, fica impossível afirmar com precisão o custo de uma atividade. Ainda, há a mistura de gastos particulares com os custos e despesas das propriedades rurais, conforme o retorno obtido através dos formulários, o que contribui para informações distorcidas.

“A tarefa de gerar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão, com base em dados consistentes e reais, é uma dificuldade constante para os produtores rurais. O administrador de um empreendimento tem a necessidade de saber onde e de que forma estão aplicados seus recursos e qual está sendo o retorno financeiro obtido” (CREPALDI, 2011, p 59).

Dessa forma, sem as devidas contabilizações e sem fazer uso das de um sistema de escrituração contábil, fica difícil para o produtor possuir as informações corretas e necessárias a uma gestão eficiente.

4.4 APLICAÇÕES DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

4.4.1 Auxílio da contabilidade na gestão

No auxílio à gestão 77,78% dos produtores entendem que contabilidade poderia trazer benefício ao processo de gestão e 22,22% entendem que não há necessidade, pois julgam já conhecer os dados necessários à gestão.

Entre os produtores pesquisados a maior parte deles compreende que a contabilidade rural poderia contribuir nos processos decisórios, porém acredita que

para ter essas informações com confiabilidade, seria necessário muito tempo despendido e muito empenho dele como gestor. Os entrevistados que entendem não haver necessidades de outras informações, além das produzidas por eles mesmos, acredita ainda que esses controles são caros e que o uso da contabilidade rural poderia atrair a fiscalização.

Conforme traz Crepaldi (2011, p.39),

A contabilidade pode trazer um importante papel como ferramenta gerencial, por meio de informações que permitam o planejamento, o controle e a tomada de decisões, transformando as propriedades rurais em empresas com capacidade para acompanhar a evolução do setor, principalmente no que tange aos objetivos da administração financeira, controle de custos, diversificação de culturas e comparação de resultados.

Portanto, se faz necessário, um maior investimento por parte dos profissionais da contabilidade no sentido de explicar e demonstrar os benefícios da utilização da contabilidade rural.

4.4.2 Resultados percebidos com a utilização da contabilidade

Os produtores que se utilizam da contabilidade conseguem identificar mais facilmente o total dos gastos e acompanhar os valores pagos de juros nos empréstimos bancários e os valores a receber de clientes nas vendas à prazo.

Dentre os relatos evidenciados, verifica-se que os produtores que já tiveram acesso ou já utilizaram a contabilidade rural perceberam maior facilidade na identificação de informações que, por vezes, não tinham consciência da representatividade do montante ao longo do exercício social. Por exemplo: no caso dos juros dos empréstimos bancários, geralmente avalia-se a taxa de juros no momento do empréstimo e o valor da parcela, sem avaliar-se todos os empréstimos e financiamentos já em curso.

4.5 RECEITAS, CUSTOS E DESPESAS

4.5.1 Controle das receitas, custos e despesas

Os controles das receitas, despesas e custos são realizados por todos os produtores, porém são realizados em anotações ou planilhas eletrônicas, estando muitas vezes sujeitas ao esquecimento.

O processo de obtenção dos dados ainda ocorre com controles mais informais, pois os produtores entendem já possuírem as informações necessárias de suas propriedades. Alguns produtores relataram que em diversos momentos esses dados, por vezes, tornam-se incompletos e confusos devido ao fato de não haver uma organização formal com determinações pré estabelecidas de quais dados serão registrados, a forma como isso ocorrerá ou em que momento esses dados serão registrados.

O resultado dessa falta de organização são informações pouco úteis ao processo de gerenciamento das receitas, dos gastos e para o planejamento futuro.

4.5.2 Lucro por atividade

Os produtores não possuem meios para apuração do lucro em cada atividade individualmente, visto que não há controles individuais dos custos, despesas e receitas dos valores de cada atividade, os controles que possuem são realizados sem diferenciações de atividade.

Crepaldi (2011,p. 93-94) define que os registros contábeis devem evidenciar as contas de receitas, custos e despesas, segregadas por tipo de atividades.

Sem o interesse ou iniciativa dos produtores em controlar separadamente os gastos de cada atividade, o lucro também não poderá ser mensurado individualmente.

5 CONCLUSÃO

A contabilidade rural, bem como as demonstrações financeiras são de suma importância para o melhoramento dos controles dos produtores rurais melhorando e facilitando à gestão, com informações fidedignas e ágeis.

Os produtores rurais, se optarem pela tributação como pessoas físicas não estão obrigados a manter escrituração contábil e elaboração dos demonstrativos financeiros, necessitando apenas do preenchimento da declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física. Já os produtores que optarem pela tributação na forma de Lucro Real ou Presumido, precisam manter um controle mais rigoroso de suas despesas, custos e receitas, necessitando realizar todas as obrigações que são pertinentes a uma empresa. Devido a essas obrigatoriedades das pessoas jurídicas, os produtores, na sua totalidade, preferem a tributação como pessoas físicas.

Assim, o principal objetivo deste estudo, foi identificar o nível de conhecimento dos produtores rurais em relação à contabilidade rural, bem como evidenciar qual o grau de utilização das demonstrações financeiras e ferramentas contábeis como suporte no processo de decisões gerenciais.

Após a realização dos levantamentos bibliográficos, e a análise dos mesmos, foi feito o levantamento dos dados, através de questionários enviados eletronicamente. Com as respostas obtidas, foi possível analisar o grau de utilização da contabilidade entre os produtores rurais. Assim, permitiu-se verificar, que os produtores rurais, em sua maioria, não fazem uso dos recursos oferecidos pela contabilidade rural nem tão pouco das demonstrações financeiras no auxílio à gestão das propriedades preferindo administrar as terras através de métodos informais como planilhas eletrônicas e anotações em cadernos.

Os produtores rurais que administram as propriedades têm como base dos processos decisórios a experiência construída ao longo dos anos de trabalho nas propriedades rurais e tem como entendimento que os controles existentes atendem as necessidades na administração das terras e não priorizam o desenvolvimento técnico científico com cursos e especializações, preferindo manter a gestão da propriedade com conhecimentos adquiridos pela própria experiência.

Assim, o estudo foi relevante, pois o evidenciou o desconhecimento dos produtores rurais em relação à contabilidade rural e as demonstrações financeiras bem como as dificuldades na identificação dos dados necessários para se obter

informações confiáveis na contabilidade, nem como na elaboração de demonstrações financeiras. Além disso, demonstrou um ramo ainda a ser explorado e incentivado pelo profissional contábil.

Para o desenvolvimento de próximos trabalhos, sugere-se a aplicação prática dos conceitos evidenciados, aliando-se os conhecimentos dos produtores rurais e dos profissionais em contabilidade.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico e financeiro. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento agrário. Sistemas de informações territoriais – SIT. **Dados municipais**. Disponível em: <<http://sit.mda.gov.br/>>. Acesso em: 01 abr. 2016.
- BRASIL. **Lei 11.638**, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm>. Acesso em: 23 de jun. de 2017.
- BRASIL, **Lei 11.941**, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11941.htm>. Acesso em: 23 de jun. de 2017.
- CASTRO, Aline Fernanda de Oliveira; SANTOS, Michelle de Lourdes. **A importância da contabilidade na gestão das empresas para a tomada de decisões**. Disponível em:<<http://www.sinescontabil.com.br/trabalhos/arquivos/11da29a5fee691fcf91b99e57c52920b.pdf>>. Acesso em: 29 de jun. de 2017.
- CÓDIGO CIVIL. **Lei 10.406**, de 11 de janeiro de 2002. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%20%20ed.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 05 de Nov. de 2016.
- CONSELHO Federal de Contabilidade – CFC. **CPC 29**. Trata do ativo biológico e do produto agrícola. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 14 de jun. de 2017.
- CONSELHO Federal de Contabilidade – CFC. **CPC 26**. Trata do ativo biológico e do produto agrícola. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=60>>. Acesso em: 14 de jun. de 2017.
- CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade gerencial**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2004.
- _____. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. São Paulo: Atlas, 2005.
- _____. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. São Paulo: Atlas, 2008.
- _____. **Contabilidade rural**: uma abordagem decisorial. São Paulo: Atlas, 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser – FEE. **Características da agropecuária**. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sinteseilustrada/caracteristicas-da-agropecuaria-do-rs/>>. Acesso em: 28 de jun. de 2017.

FONSECA, J.J.S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, Antonio Carlos. **Projeto de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996.

GROPPELLI, A. A; NIKBAHKT, E. **Administração financeira**. 2. ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2002.

KILIAN, Joel. **Análise das demonstrações contábeis da cooperativa central de pesquisa agrícola do Paraná – COODETEC nos anos de 2007 e 2008**. Disponível em: <http://av.pecca.com.br/pos/agronegocio/espelho/tccs/joel_kilian.pdf>. Acesso em: 18 de jun. de 2016.

LEONE, George S.G.. **Custos: planejamento, implantação e controle**. São Paulo: Atlas, 2000.

LIECZBINSKI, Carin Raquel; FROHLICH, Noeli. **Os Sistemas de informações contábeis: um tema para debate**. Ijuí: **Revista Contabilidade e Informação**, 1998, n.2.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Técnicas de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 10.ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Contabilidade Empresarial**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Contabilidade Comercial**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

ORTIZ, Aldeniret al. **A nova contabilidade rural**. São Paulo: IOB, 2011.

PADOVEZE, C. L.. **Controladoria estratégia e operacional: conceitos, estrutura, aplicação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Introdução à administração financeira**. São Paulo: Cengage Learning, 2005.

Prefeitura Municipal de Tupanciretã. **Dados do município**. Disponível em: <<http://www.tupancireta.rs.gov.br/site/home/pagina/id/63/?Dados-do-Municipio.html>>. Acesso em: 09 abr. 2016.

SALAZAR, José Nicolau Albuja, BENEDICTO, Gideon Carvalho de. **Contabilidade financeira**. São Paulo: Thomson, 2004.

SANTOS, G. J. et al. **Administração de custos na agropecuária**. São Paulo: Saraiva, 2002.

Sindicato Rural de Tupanciretã. **Cidade de Tupanciretã**. Disponível em <<http://srtupan.com.br/tupancireta/>>. Acesso em: 22 nov. de 2016.

SLONGO, Giana Rita. **A formação do preço de venda dos produtos industrializados**. Porto Alegre: UFRGS, 2012. Apostila.

VILHENA, Naira Larissa Jordão. **A importância da contabilidade para os produtores rurais**. Disponível em: <http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2010/anais/arquivos/0288_0280_01.pdf>. Acesso em: 28 de maio de 2017.

ZANLUCA, Jonatan de Sousa. **Definição de custos fixos e variáveis, diretos e indiretos**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/custo-fixo-variavel.htm>>. Aceso em: 30 abr. 2016.

ZANLUCA, Julio Cesar. **A contabilidade nas operações rurais**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/contabilidaderural.htm>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

ZDANOWICZ, José Eduardo. **Fluxo de Caixa: Uma decisão de planejamento e controle Financeiro**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2004.

ANEXO A - QUESTIONÁRIO



Universidade Federal de Santa Maria

Centro de Ciências Sociais e Humanas Departamento de Ciências Contábeis

Questionário para trabalho de conclusão de curso

Identificação do produtor/ propriedade

Nome _____

Idade _____

Estado civil _____

Perfil do entrevistado

1. Qual a sua formação?

- () Ensino Fundamental completo
() Ensino Médio completo
() Ensino Superior completo. Qual curso _____
() Pós graduação. Qual área _____

2. Quantas pessoas da família trabalham?

- () Somente eu.
() Até 2 pessoas.
() De 2 a 5 pessoas.
() Acima de 5 pessoas.

3. Qual a forma de remuneração do proprietário e família?

- () Exclusivamente da propriedade.
- () Propriedade e atividade extra.

4. Há quanto tempo é gestor da propriedade?

- () Menos de um ano
- () Entre um e três anos
- () Entre três e dez anos
- () Mais de dez anos

5. Reside no local da propriedade rural

- () Sim
- () Não

6. Realiza(ou) treinamentos e/ou especializações?

- () Não.
- () Sim. Qual área? _____

7. Possui interesse em se especializar e/ou realizar treinamentos?

- () Não.
- () Sim. Qual(is)? _____

Propriedade

8. Qual o tamanho da propriedade?

- () Até 1 ha
- () De 1 a 2 ha
- () De 2 a 3 ha
- () De 3 a 4 ha

9. Quantos funcionários possui?

- () De 1 a 3
- () De 4 a 7
- () De 7 a 10

() Acima de 10

10. Qual a origem da propriedade?

() herança

() comprada com recursos próprios

() ganhada

() arrendada

() financiada

() Outros. Quais _____

11. Quais as principais atividades desenvolvidas?

() Soja

() Trigo

() Arroz

() Bovinos

() Outros. Quais _____

12. Entre as atividades desenvolvidas qual apresenta maior representatividade financeira?

13. Qual o faturamento anual obtido?

() Até 500mil

() Entre 500 mil e 1.000.000

() Entre 1.000.000 e 2.000000

() Entre 2.000.000 e 5.000.000

() Acima de 5.000.000

Conhecimentos contábeis

14. Caso conheça alguma demonstração contábil (Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE) Análise Vertical, Análise Horizontal ou Fluxo de Caixa) faz uso dela(s)?
- () Não
- () Sim. Qual/quais _____
15. Caso conheça alguma demonstração, de qual maneira faz uso das mesmas?
16. Como define a contabilidade rural?
- () Desconhece.
- () Pouco conhecimento.
- () Item essencial para o desenvolvimento do empreendimento.
17. No âmbito gerencial, quais as principais dificuldades encontradas?

Aplicação das informações contábeis

18. Acredita que a contabilidade possa auxiliar na tomada de decisão?
- () Não.
- () Sim. De que forma? _____
19. Quais as ferramentas da contabilidade rural você conhece?
- () Fluxo de caixa.
- () Análise horizontal/ vertical.
- () Índices econômicos financeiros
- () Balanço patrimonial.
- () Demonstrativo de Resultados do Exercício – DRE.
- () Análise por índices.
20. Já fez uso de alguma destas ferramentas?
- () Não.

() Sim. Qual(is)? _____

21. Quais resultados foram alcançados?

22. Após a utilização dessas ferramentas verificou melhorias na rentabilidade e lucratividade na propriedade?

() Não.

() Sim. Qual(is)? _____

Receitas, custos e despesas

23. Possui controles de Receitas e Despesas?

() Não.

() Sim. Qual(is)? _____

24. Conhece o custo efetivo das atividades desenvolvidas?

() Não.

() Sim. Qua(is)? _____

25. Como estabelece o preço de venda?

26. Qual o conhecimento sobre o lucro das atividades desenvolvidas?

() Nenhum.

() Pouco conhecimento.

() Pleno conhecimento.

27. Possui segregação/ controle de custos e despesas?

() Não.

() Sim. Qual(is)? _____